



20º CONAFISCO



CONGRESSO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL

9º ENAPE - Encontro Nacional de Aposentados, Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual e Distrital

Natal - RN 24 a 28 de novembro de 2025

Prêmio Cervantes celebra trajetória de destaque na administração tributária

PÁGINA 8

Enquanto Houver Fenafisco, Haverá Memória: Severino Francisco Ribeiro Sobrinho

PÁGINA 9

Aprovação da LOAT marca a Plenária Final do 20º Conafisco

PÁGINA 30

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente
Francelino das Chagas Valença Junior – Sindifisco/PE

Vice-Presidente
Marco Antonio Couto dos Santos (licenciado) –
Sindifisco/MG

Diretor Administrativo e Financeiro
Ricardo Brand – Sinfrerj/RJ

Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações
Institucionais
Celso Malhani – Sindifisco/RS

Diretora de Comunicação
Marlúcia Paixão – Sindsefaz/BA

Diretor Jurídico e de Defesa Profissional
Cláudio César Modesto – Sindifisco/GO

Diretor de Aposentados e Pensionistas
José Marcio Santa Rosa – Sindifisco/SE

Diretor para Assuntos Técnicos
Ricardo Bertolini – Sindifisco/MT

Diretor do Departamento de Projetos Especiais
Toni Pinto – Sinafite/DF

Departamento de Políticas Sociais
Ronaldo Oliveira da Silva – Sindafteima/MA

Diretora do Departamento de Integração Sindical
Helena Bezerra de Medeiros – Sindifisco/PB

Diretor do Departamento de Acompanhamento do
Planejamento Estratégico
Mauro Roberto da Silva – Sindafisco/RO

SUPLENTES

Eli Sena da Silva – Sindifisco/AM
Jorge Antonio da Silva Couto – Sindare/TO
Jorge Henrique Teixeira Verde – Sindafisco/RR
José Vieira de Figueiredo – Sindifern/RN
Karla Trindade Lima – Sindifisco/PA
Michele Ferreira – Sinafresp/SP

CONSELHO FISCAL

Anatal de Jesus Pires de Oliveira – Sindifisco/AP
Leyla Maria Alves da Silva Bichara Viga – Sindifisco/AC

COORDENAÇÃO

Marilúcia Ferreira Paixão - Sindsefaz/BA – Diretora de
Comunicação

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Cecília Ledo | 0014182 DRT/DF

DIAGRAMAÇÃO:
Adroaldo Castro

TEXTOS:
Talita Castanha
Michelle Phiffer
Anna Karinna Castro
Raquel Alves

FOTOS:
FCD Filmes

IMPRESSÃO:
Imageinbox

TIRAGEM:
100



Entre 24 e 28 de novembro de 2025, Natal reuniu profissionais do fisco de todo o país para mais uma edição do Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco) e do Encontro Nacional de Aposentandos, Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual e Distrital (Enape). Esta revista apresenta uma visão ampla e atualizada dos debates que marcaram o encontro, trazendo à luz temas que seguem no centro das transformações das administrações tributárias brasileiras.

Ao longo dos cinco dias de programação, assuntos estratégicos como LOAT, reforma administrativa, reforma tributária, saúde mental e educação fiscal foram discutidos com profundidade, evidenciando a necessidade de fortalecer estruturas, modernizar práticas e ampliar o diálogo entre os fiscos estaduais e distrital.

A exposição do projeto “Mulher Cidadã”, iniciativa dedicada a promover autonomia fiscal, financeira e social para mulheres em situação de vulnerabilidade, também representou um avanço significativo na agenda de inclusão e cidadania.

Esta edição apresenta ainda a eleição da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fenafisco para o triênio 2026–2028, consolidando o início de um novo ciclo de trabalho.

A produção deste material envolveu cooperação permanente e a confiança dos colegas e entidades parceiras. Nosso objetivo é oferecer um conteúdo claro, consistente e útil para todos que acompanham e constroem o futuro do Fisco estadual e distrital.

A Fenafisco e o Sindifern/RN agradecem a participação e o empenho de todos que contribuíram para o sucesso do 20º Conafisco. Desejamos a você uma excelente leitura.

Diretoria Executiva

Fenafisco & Sindifern/RN

Sumário

06

Abertura

20º Conafisco e 9º Enape abrem programação em Natal com homenagens, cultura e debates sobre o futuro do Fisco brasileiro

16

Painel 3

Painel expõe tentativa de desmonte do Estado e alerta para volta da PEC 38 em 2027

08

Prêmio Cervantes

Prêmio Cervantes celebra trajetória de destaque na administração tributária durante abertura do Conafisco em Natal

18

Painel 4

Especialistas debatem integração federativa e avanços do novo sistema tributário

09

Fenafisco Memória

Enquanto Houver Fenafisco, Haverá Memória: Severino Francisco Ribeiro Sobrinho

20

Painel 5

Painel nacional sobre LOAT defende unidade do Fisco e protagonismo institucional

08

Eleições

Conafisco elege nova Diretoria Executiva da Fenafisco e renova liderança para o triênio 2026–2028

22

Painel 6

André Horta defende “solidariedade fiscal” e desmonta mito da carga tributária alta no Brasil

12

Painel 1

Debate reforça compromisso com o bem-estar, a valorização e o futuro do Fisco brasileiro

24

Painel 7

Projeto Mulher Cidadã ganha destaque com debate sobre autonomia feminina e políticas públicas

14

Painel 2

Educação Fiscal ganha protagonismo em debate sobre futuro da gestão tributária

26

Painel 8

Haully defende LOAT nacional destaca a atuação do fisco no novo sistema tributário

28

Carta de Natal 2025

Carta de Natal 2025 define princípios e compromissos do Fisco em defesa da sociedade

37

Cerimônia

Quem faz acontecer

30

Aprovação da LOAT

Aprovação da LOAT marca a Plenária Final do 20º Conafisco

38

Noite de Talentos

10ª Noite de Talentos celebra criatividade e integração no 20º Conafisco | 9º Enape

32

Solenidade Festiva

Conafisco diploma nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenafisco, em solenidade festiva

39

Torneio Desportivo

Torneio Desportivo movimenta a programação do 20º Conafisco

34

Discurso de posse

Discurso da nova Diretoria Executiva da Fenafisco

41

Despedida

Natal se despede do 20º Conafisco e 9º Enape após cinco dias de debates e integração

35

Entrevista

Entrevista com o Presidente Eleito

42

Galeria de Fotos

Fotos gerais do evento



Presidente Francelino Valença em seu discurso durante a abertura

20º Conafisco e 9º Enape abrem programação em Natal com homenagens, cultura e debates sobre o futuro do Fisco brasileiro

O 20º Conafisco e o 9º Enape tiveram início na segunda-feira (24), no Centro de Convenções de Natal, reunindo delegados de todas as regiões do Brasil em uma abertura marcada por emoção, integração e foco nos desafios do Fisco. Promovidos pela Fenafisco e pelo Sindifern, os eventos deram início a uma semana de discussões sobre reforma tributária, lei orgânica e fortalecimento das administrações

tributárias.

O presidente da Fenafisco, Francelino Valença, abriu oficialmente o congresso destacando o papel do Conafisco como instância máxima de deliberação da federação e enfatizando os temas centrais desta edição. Ele ressaltou o avanço das pautas de igualdade de gênero, como o Projeto Mulher Cidadã, e defendeu a necessidade de uma administração

**“DESEJAMOS QUE
A GRANDE FAMÍLIA
DO FISCO SAIA
DESTA EDIÇÃO DO
CONAFISCO AINDA
MAIS FORTALECIDA”**



Barítono José Fernandes cantando o hino nacional



Platéia prestigia solenidade

tributária moderna e preparada para os desafios atuais. Em agradecimento aos delegados, afirmou que o encontro representava um momento para renovar compromissos com o Fisco brasileiro.

O presidente do Sindifern, Márcio Marcos de Medeiros, deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu o trabalho da equipe local. Ele citou a importância da Lei Orgânica da Administração Tributária do RN, em tramitação na Assembleia Legislativa, e convidou os participantes a aproveitar a programação e a cidade.

Cultura potiguar na abertura

A programação cultural levou ao palco uma mostra da produção artística do Rio Grande do Norte, valorizando tradições locais e referências nordestinas. A abertura contou com a apresentação do sanfoneiro Jarbas do Acordeon e com o número Gonzagando, da Companhia de Dança do Teatro Alberto Maranhão (CDTAM), inspirado na obra de Luiz Gonzaga, o Rei do Baião. O público também acompanhou a execução do Hino Nacional e a performance de Linda Baby, de Pedrinho Mendes, interpretada pelo barítono José Fernandes, ao lado do sanfoneiro Reinaldo Júnior.

A CDTAM, criada em 1998 e integrante da Fundação José Augusto, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte, soma 27 anos de trajetória dedicados à formação e difusão da dança no estado. Ao longo desse

período, acumulou mais de 100 prêmios em festivais nacionais e internacionais e realizou seis turnês no exterior, com apresentações na Alemanha (2011), Suíça (2012), México (2013), França (2014) e Estados Unidos (2015 e 2016). Presente na entrada do evento e na abertura oficial, a companhia convidou o público a participar do clima de celebração cultural que marcou o início dos trabalhos.

Presenças institucionais

A mesa de abertura contou com representantes do Governo do RN, Assembleia Legislativa, TCE-RN, Procuradoria-Geral do Estado e ASFARN. Representando a governadora, Jane Carmem afirmou que era uma honra participar da abertura do evento, ressaltando o papel essencial dos auditores fiscais para o equilíbrio das contas públicas. Ela reforçou que o sucesso da reforma tributária depende da atuação técnica dos auditores e da educação fiscal.

O deputado Francisco (PT) destacou a importância do Fisco para a manutenção dos serviços públicos e lembrou que a Lei Orgânica avançou após intenso processo de diálogo, com expectativa de votação durante a semana.

“Unidos, somos mais fortes”

Francelino Valença encerrou a cerimônia reiterando o espírito de integração que marcou a abertura: “Desejamos que a grande família do Fisco saia desta edição do Conafisco ainda mais fortalecida”.

Prêmio Cervantes celebra trajetória de destaque na administração tributária durante abertura do Conafisco em Natal

Entre os momentos mais simbólicos da abertura do Conafisco 2025, em Natal, esteve a entrega do Prêmio Cervantes Fenafisco, Destaque na Administração Tributária, uma das distinções mais tradicionais e respeitadas do Fisco brasileiro. A cerimônia celebrou personalidades cuja atuação contribuiu diretamente para o aprimoramento da gestão fiscal e para a valorização do serviço público.

Instituído em 2006, durante edição do Conafisco em Gramado (RS), o prêmio nasceu com o propósito de reconhecer iniciativas e trajetórias que impulsionam uma Administração Tributária mais moderna, ética e comprometida com o interesse coletivo. Desde então, tornou-se um marco na agenda da Fenafisco, consolidando-se como um espaço de incentivo ao trabalho técnico e ao compromisso com a justiça fiscal.

A missão central da premiação é “difundir ações que repercutem positivamente na administração tributária brasileira, fomentando a melhoria do serviço público e a valorização da carreira fiscal”.

A estatueta entregue aos homenageados reproduz a figura de Dom Quixote, personagem que simboliza coragem, persistência e a defesa de causas justas — virtudes que inspiram o cotidiano dos profissionais do Fisco e orientam as lideranças que atuam pela construção de um sistema tributário mais equilibrado.

Categorias do Prêmio

Concedido a cada três anos, sempre durante o Conafisco, o Prêmio Cervantes contempla três categorias:

1. Servidor Público
2. Gestor Tributário
3. Incentivador Tributário — destinada a personalidades, entidades ou instituições que, mesmo fora da carreira fiscal, se destacam na defesa da Administração Tributária e de seus servidores

Na edição de 2025, realizada em Natal, os quatro agraciados foram reconhecidos na categoria Incentivador Tributário, após indicação do Conselho Deliberativo da Fenafisco.



Vencedores do Prêmio Cervantes

Agraciados da noite

Subiram ao palco para receber a estatueta e o certificado:

- Jane Carmem Araújo, representando a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra

Entrega realizada pelos auditores Pedro Lopes e Márcio Medeiros, presidente do Sindifern.

- Darcy de Matos (SC), ex-deputado federal

Entrega realizada pelo presidente do Sindifisco-SC, Cristiano Fornari.

- Charles Alcântara, ex-presidente da Fenafisco (2016–2019 e 2020–2022) e presidente do Sindifisco Pará

Entrega feita pelo presidente da Fenafisco, Francelino Valença.

Reconhecimento e legado

Ao celebrar trajetórias que contribuem para o fortalecimento das instituições fiscais, o Prêmio Cervantes mantém viva a essência para a qual foi criado: reconhecer quem empenha esforços para aprimorar o Estado e servir à sociedade. A edição realizada em Natal destacou o protagonismo do Rio Grande do Norte nos debates tributários e marcou o início de uma semana dedicada ao diálogo, ao conhecimento e à construção coletiva no Conafisco 2025.

Enquanto Houver Fenafisco, Haverá Memória: Severino Francisco Ribeiro Sobrinho

Um dos momentos mais marcantes da abertura do 20º Conafisco foi a homenagem póstuma a Severino Francisco Ribeiro Sobrinho, cuja trajetória moldou parte significativa da história da Fenafisco e do sindicalismo fiscal no país. A edição dedicou seu tributo a esse dirigente cuja vida profissional se entrelaçou ao fortalecimento da Administração Tributária e das entidades representativas do Fisco. Entre suas contribuições de maior destaque, Severino presidiu a Fenafisco entre 2002 e 2004, período em que fortaleceu o diálogo federativo e ampliou a presença política da entidade no cenário nacional.

Nascido em 17 de abril de 1951, Severino ingressou na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais pelo concurso de 1985, no cargo de auditor fiscal do Estado, sendo posteriormente aprovado, em 1994, para o cargo de servidor de fiscalização tributária estadual. Atuou em diferentes áreas da administração fazendária, na Administração Fazendária de Contagem, no Posto Fiscal de Igarapé, na Superintendência de Planejamento e na Superintendência de Legislação Tributária, sempre reconhecido pela competência técnica, pelo senso público e pela dedicação ao aperfeiçoamento da política fiscal.

No movimento sindical, sua presença foi ainda mais expressiva. Foi presidente do Sindifisco-MG entre 1993 e 1997, presidente da Fenafisco entre 2002 e 2004, diretor financeiro (1998–1999), vice-presidente da federação (1999–2001) e coordenador do Fisco Fórum e da Frente contra a Destruição dos Serviços Públicos. No Sindifisco-MG, onde seguiu atuando, ocupou também o cargo de conselheiro fiscal. Seu percurso o consolidou como uma liderança sólida, respeitada e comprometida com a construção de uma Administração Tributária forte, autônoma e alinhada ao interesse público.



Severino Francisco Ribeiro Sobrinho, presidente da Fenafisco entre 2002 e 2004.



Participantes dedicaram um minuto de silêncio em homenagem a Severino.



Leila Sinno Ribeiro, esposa de Severino, recebe a placa de homenagem



Junta eleitoral durante apuração dos votos

Conafisco elege nova Diretoria Executiva da Fenafisco e renova liderança para o triênio 2026–2028

**“A COMPOSIÇÃO REÚNE
REPRESENTANTES DE DIFERENTES
ESTADOS, REFORÇANDO O
CARÁTER FEDERATIVO DA
ENTIDADE E A DIVERSIDADE
REGIONAL QUE MARCA A ATUAÇÃO
DA FEDERAÇÃO NO CENÁRIO
NACIONAL.”**

A Fenafisco realizou no Serhs Hotel, a eleição para a Diretoria Executiva que comandará a entidade no triênio 2026–2028. A votação ocorreu durante a programação do 20º Conafisco e foi conduzida pela Junta Eleitoral da Fenafisco, responsável por todas as etapas do processo, desde a coleta à apuração dos votos.

A eleição contou com a chapa única, intitulada Renovação e Democracia, encabeçada pelo atual presidente da Fenafisco, Francelino Valença, e pelo candidato a vice-presidente Pedro Lopes, ex-secretário de Administração do Rio Grande do Norte. A composição reúne representantes de diferentes estados, reforçando o caráter federativo da entidade e a diversidade regional que marca a atuação da Federação no cenário nacional.

A nova Diretoria Executiva será responsável por liderar a Fenafisco nos próximos três anos, período em que temas como defesa do serviço público, fortalecimento das administrações tributárias e valorização dos auditores fiscais estaduais e distritais continuarão no centro da agenda institucional.

A Chapa 1 – Renovação e Democracia é composta pelos seguintes membros:

Presidente: Francelino Valença (Sindifisco/PE)
Vice-Presidente: Pedro Lopes (Sindifern/RN)
Diretor Administrativo e Financeiro: Toni Pinto (Sinafite/DF)

Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais: Celso Malhani (Sindifisco/RS)
Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais: Fabiano Dadam (Sindifisco/SC)
Diretora de Comunicação: Claudia Conrado (Sinfrerj/RJ)
Diretor Jurídico e de Defesa Profissional: Cláudio Modesto (Sindifisco/GO)
Diretor de Aposentados e Pensionistas: Wanderci Polaquini (Sindafep/PR)
Diretor para Assuntos Técnicos: Severino da Costa (Sindifiscal/TO)

O pleito também definiu os nomes para o Conselho Fiscal, órgão responsável por acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e administrativa da entidade. Foram eleitos:

Leyla Maria Alves da Silva Bichara Viga (Sindifisco/AC)
Anatal de Jesus Pires de Oliveira (Sindifisco/AP)
Ronaldo Oliveira da Silva (Sindaftema/MA)

Suplentes:
Remo César de Oliveira Moura – Sintaf CE
Ricardo Brand – Sinfrerj RJ

Com o encerramento da votação e a finalização da apuração, a Fenafisco reforça seu compromisso com a transparência e com o fortalecimento democrático da instituição. A nova gestão assume a tarefa de conduzir a entidade em um período decisivo para o fisco estadual e distrital, especialmente diante das transformações trazidas pela Reforma Tributária e dos desafios permanentes na defesa do serviço público.

PAINEL 1

Debate reforça compromisso com o bem-estar, a valorização e o futuro do Fisco brasileiro



Painelista Marilene Martins

O terceiro dia de programação do 20º Conafisco foi totalmente dedicado aos painéis temáticos. Logo pela manhã, o debate teve início com um dos assuntos mais urgentes e sensíveis da atualidade: saúde mental. O painel “Saúde Mental” foi conduzido pela Dra. Marilene Martins, mestre em Psicologia Clínica e Organizacional, com mediação de José Márcio Santa Rosa, diretor de aposentados e pensionistas da Fenafisco.

A palestra levou ao público uma reflexão profunda sobre bem-estar integral, relações de trabalho e os desafios globais que impactam diretamente a vida dos servidores públicos.

O que é saúde? E o que é saúde mental?

A palestrante retomou o conceito ampliado da Organização Mundial da Saúde (OMS), que define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental, social e espiritual”. No entanto, ela destacou que, além da saúde física, a saúde mental representa “um estado de bem-estar que permite ao indivíduo usar suas habilidades, se recuperar do estresse, ser produtivo e contribuir para sua comunidade”.

Para explicar essa complexidade, a Dra. Marilene apresentou quatro dimensões que sustentam o equilíbrio mental:

- Física
- Familiar e social
- Profissional
- Espiritual – entendida como conexão e propósito, independentemente de religião.

Os dados trazidos pela palestrante evidenciam a gravidade da crise global da saúde mental:

- 1 bilhão de pessoas (1 em cada 6) vive com transtornos mentais;
- 50% desses transtornos começam na adolescência;

- O suicídio é a 3ª causa de morte entre jovens de 15 a 19 anos;
 - 52% dos brasileiros consideram a saúde mental a principal preocupação de saúde do país;
 - 90% da população mundial sofre com estresse, segundo a OMS;
 - O Brasil ocupa o 10º lugar no ranking global de preocupação com saúde mental.
 - Ambiente de trabalho: o ponto central
- Um dos pontos de maior impacto foi a discussão sobre o papel das relações profissionais.

“Não é o trabalho que adoce, e sim as relações de trabalho, o ambiente”, destacou a palestrante.

Dra. Marilene chamou a atenção para o medo recorrente entre servidores de demonstrar vulnerabilidade, receio de retaliações e do estigma de serem vistos como “problemáticos”, o que agrava quadros de ansiedade e depressão. O tema do suicídio laboral, casos ocorridos dentro ou em decorrência de eventos organizacionais, também foi abordado com seriedade.

A palestrante ressaltou ainda que, com a maturidade, as pessoas aprendem a lidar melhor com emoções, a fazer escolhas mais alinhadas ao próprio propósito e a priorizar relações saudáveis. O choque de gerações, a diversidade cultural e a busca por senso de pertencimento também foram apontados como fatores que influenciam o ambiente de trabalho e o bem-estar coletivo.

Ao encerrar sua apresentação, Dra. Marilene Martins reforçou a importância de espaços como o Conafisco e o Enape para promover diálogos maduros e responsáveis: “Grata e honrada por poder deixar esse recado. Falar sobre saúde mental num evento como esse é uma coisa única. Parabéns aos envolvidos.” E concluiu: “Precisamos falar sobre saúde mental! Sobre a vida, sobre os amores, sobre como a gente se cuida. Precisamos voltar a atenção para dentro, entender que existimos na relação com o outro e buscar ajuda se for preciso.”



Painel sobre saúde mental abriu os debates do 20º Conafisco e 9º Enape

Educação Fiscal ganha protagonismo em debate sobre futuro da gestão tributária

Em um momento de Reforma Tributária e busca por maior transparência pública, o 20º Conafisco destacou a Educação Fiscal como instrumento decisivo para aproximar o Fisco da sociedade.

Muito além de um processo voltado à formação de consciência cidadã, o segundo painel do Conafisco debateu a Educação Fiscal como ferramenta estratégica para a inclusão social, econômica e civil. Participaram a analista de Gestão Fiscal do BID, Anastasya Udovenko, e a secretária executiva da Receita da Sefaz-RN, Jane Carmen. A mediação ficou a cargo de Geraldo Pinheiro, presidente do Sindafiscal-ES, e Fabiano Dandam, vice-presidente do Sindifisco-SC.

Na abertura, Geraldo Pinheiro lembrou que o Espírito Santo foi um dos estados pioneiros na implantação da Educação Fiscal no país, ao incluir em 1992 o tema nos currículos escolares. Segundo ele, apesar de mais de três décadas de iniciativas, a conscientização social sobre o papel dos tributos e sua importância para as políticas públicas ainda avança de forma tímida.

Em sua apresentação, Anastasya Udovenko destacou a Educação Fiscal como elemento central para a construção de uma cultura de conformidade tributária. Ela apresentou dados sobre o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) à modernização da gestão fiscal no Brasil e ressaltou que o atual cenário favorece a ampliação dessas políticas.

Para a analista, a Educação Fiscal é uma “ferramenta chave” para aproximar o conhecimento tributário do público em geral, sobretudo de contribuintes em situação de vulnerabilidade social. Segundo ela, a prática fortalece os princípios da Administração 3.0, voltada à conformidade e ao uso de novas tecnologias,

além de facilitar a compreensão das mudanças previstas na Reforma Tributária. O objetivo, afirma, é oferecer aos contribuintes informação e capacitação para interpretar o sistema tributário com maior clareza.

Udovenko também apontou que a adoção de programas de Educação Fiscal reduz a percepção de complexidade entre os contribuintes, amplia oportunidades de desenvolvimento econômico, fortalece a governança participativa, diminui custos administrativos e contribui para maior conformidade tributária.

Apoio do BID à Educação Fiscal no Brasil

O BID atua há quase três décadas como principal parceiro do Brasil na área fiscal. Nesse período, cerca de US\$ 4,9 bilhões foram destinados a investimentos e outros US\$ 6,9 milhões a assistência técnica. Entre os projetos apoiados estão o PNAFE, o Profisco I — marco para a institucionalização da Educação Fiscal pela Lei nº 12.325/2010 — e o Profisco II. Atualmente, está em execução o Profisco III, que busca ampliar a formalização e a inclusão de comunidades vulneráveis, como quilombolas e indígenas.

Segundo Udovenko, todos os projetos do Profisco reconhecem que sua efetividade depende de uma gestão responsável dos recursos, na qual a Educação Fiscal exerce papel estrutural.

Na sequência, o mediador Fabiano Dandam ressaltou a importância de trabalhar o tema desde a infância.

Para ele, a formação cidadã “começa em casa” e gera resultados duradouros. Em seguida, a palavra foi passada à secretária Jane Carmen.

Ao iniciar sua fala, Jane afirmou que a Educação Fiscal se destaca por romper a imagem estritamente técnica da Administração Tributária. Para ela, trata-se de um instrumento de cidadania fiscal. No âmbito da Sefaz-RN, a Educação Fiscal ganhou espaço ainda na década de 1990, num processo que, segundo a secretária, buscou reduzir a distância entre o Fisco e a sociedade.

“O Fisco é essencial para o Estado. Precisamos fortalecer nosso vínculo com a população, esclarecer direitos e explicar como funciona a gestão fiscal, para que a sociedade participe de forma ativa do processo democrático”, afirmou.

Jane defendeu a capacitação de servidores e educadores como medida fundamental para preparar o país para a Reforma Tributária e para enfrentar desigualdades sociais.

Educação Fiscal no RN

A Sefaz-RN mantém parcerias com diversos órgãos e instituições, como CGU, UFRN, UERN, Femurn, CRC, Asfarn e Sindifern, para difundir práticas de Educação Fiscal. Este ano, o estado instituiu o Prêmio Estadual de Educação Fiscal, que reconhece projetos destinados a promover transparência e sustentabilidade econômica em escolas públicas e instituições. Segundo Jane, a iniciativa concretiza um antigo sonho apoiado por entidades e pela sociedade civil.

A secretária também citou programas como o Simplifica RN e o Nota Potiguar, que têm contribuído para fortalecer o ambiente de transparência e participação.

Ao encerrar sua fala, Jane Carmen reforçou que a Educação Fiscal não deve ser tratada apenas como complemento da Reforma Tributária. “Ela precisa ser um instrumento para que a reforma se efetive. Cabe aos auditores se engajar e disseminar essa cultura, combatendo a desinformação e construindo uma sociedade mais transparente, participativa e consciente da importância da Educação Fiscal”, concluiu.



Debate sobre educação fiscal

PAINEL 3

Painel expõe tentativa de desmonte do Estado e alerta para volta da PEC 38 em 2027

Auditores fiscais destacam os riscos da Reforma Administrativa e apontam para o retorno da proposta após as eleições



Finalização do painel 3



O painel sobre Reforma Administrativa reforçou o debate sobre a disputa político-ideológica em relação ao tamanho e o papel do Estado na oferta de serviços públicos e aponta para a necessidade da vigia e do fortalecimento do setor sindical contra a PEC 38/2025 em 2027.

Participaram o auditor fiscal Pedro Lopes, ex-secretário de Administração do Rio Grande do Norte e recém-eleito vice-presidente da Fenafisco, e o diretor parlamentar da entidade e presidente do Sindifisco-RS, Celso Malhani, que apresentaram os efeitos estruturais da proposta. O painel foi mediado por Toni Pinto Oliveira, diretor da Fenafisco e do Sinafite/DF

“Estamos falando de reformar, modificar e rearranjar o sistema brasileiro. Mas é importante perguntar: quem tem esse propósito? Quem está subscrevendo esse projeto? Qual é o perfil dos autores? O perfil dos autores revela um objetivo claro: reduzir o Estado, afirmou Pedro Lopes, ex-secretário de Administração do



Pedro Lopes em sua exposição sobre a PEC 38

Rio Grande do Norte e recém-eleito vice-presidente da Fenafisco.

Lopes afirmou que a iniciativa apresenta avanços pontuais mínimos na organização do serviço público, mas mantém uma orientação central de redução do Estado. Ele destacou a importância da vigilância sindical do serviço público na defesa dos interesses das categorias e no atendimento da população, lembrando que a PEC 38/2025 deve retornar apenas em 2027, após as eleições. “Precisamos nos preparar para 2027, porque a luta continua. Em 2027 essa PEC vai voltar. Podem tirá-la de pauta agora, mas ela retorna, porque faz parte do projeto de redução do Estado.”

O auditor citou pontos de atenção da proposta, entre eles, o limite ao crescimento da despesa primária, que pode restringir investimentos mesmo com arrecadação crescente; o princípio da consensualidade, que permitiria maior negociação contratual com o setor privado e menor centralidade da decisão estatal; e o Bônus de Resultado condicionado a metas restritivas, sem paridade com aposentados, o que, segundo ele, pode ser usado como instrumento para fragilizar carreiras.

Lopes também destacou o risco político da ampliação de funções comissionadas e vínculos temporários. “Quando você cria milhares de cargos comissionados ou funções contratualizadas, cria também um mecanismo de influência e controle. Distribuir cargos é distribuir poder, e isso facilita a perpetuação de determinados grupos no comando

administrativo e político do Estado.”

Malhani: “Estamos diante da reedição da PEC 32”

Malhani contextualizou a proposta como continuidade da PEC 32 de 2020. “Ela ressurgiu agora como a PEC 38 de 2025, cinco anos depois”, disse. O auditor citou o princípio da subsidiariedade presente na formulação anterior, que, segundo ele, sugere que, quando há prestação privada disponível, o Estado não deveria oferecer o serviço diretamente.

**“PRECISAMOS NOS
PREPARAR PARA
2027, PORQUE A
LUTA CONTINUA.
EM 2027 ESSA
PEC VAI VOLTAR.
PODEM TIRÁ-LA
DE PAUTA AGORA,
MAS ELA RETORNA,
PORQUE FAZ PARTE
DO PROJETO DE
REDUÇÃO DO
ESTADO.”**

Ele exemplificou com o setor hospitalar: “Se há leitos privados disponíveis, o Estado não deveria construir hospital próprio, mas contratar serviço privado. Em resumo, é o afastamento do Estado e o predomínio da iniciativa privada.”

Malhani ainda citou o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) como articulador central da proposta no Congresso. “Ele tem capacidade de diálogo, conhecimento técnico e trânsito no mercado financeiro e entre empresários. A PEC vem com boa retórica, mas sua espinha dorsal é a transferência progressiva de serviços ao setor privado.

O debate ocorreu com plenária cheia e participação de representantes fiscais de todas as unidades da federação. O Conafisco também deverá homologar a minuta da Lei Orgânica das Administrações Tributárias (LOAT), que definirá diretrizes de funcionamento das administrações tributárias após a Reforma Tributária e terá papel complementar no novo arranjo institucional.



PAINEL 4

Especialistas debatem integração federativa e avanços do novo sistema tributário



Edilson Júnior destaca o papel dos municípios no debate sobre a reforma tributária

Painel destaca simplificação, cooperação entre entes e fortalecimento do modelo de tributação no destino

O painel “Tributação Sobre o Consumo / Integração dos Entes” reuniu o ex-Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, e o secretário da Fazenda de Mossoró (RN), Edilson Júnior, para discutir os avanços do novo modelo de tributação sobre o consumo. A mediação foi conduzida pelos diretores da Fenafisco, Mauro Roberto e Helena Medeiros.

Durante sua exposição, Appy apresentou sua avaliação técnica sobre o impacto da reforma e defendeu que o novo sistema corrige fragilidades históricas ao alinhar o país aos padrões internacionais de um IVA moderno. Segundo ele, o atual modelo brasileiro causa desequilíbrios significativos, e a reforma busca solucionar esses problemas ao incorporar princípios como não cumulatividade plena, base ampla de incidência e tributação no destino.

“O Brasil paga um preço alto por fugir dos princípios básicos da boa tributação. Nosso sistema atual gera distorções graves e a reforma corrige isso ao adotar uma base ampla, não cumulatividade plena e tributação no destino”, afirmou. O ex-secretário também apontou, em

sua análise, que as mudanças podem contribuir para ganhos econômicos ao longo dos anos, incluindo potenciais efeitos positivos sobre o crescimento.

Outro ponto destacado foi que o novo desenho do IBS e da CBS traz avanços como:

Fim da guerra fiscal,
Redução de fraudes,
Split payment, que diminui inadimplência e sonegação,
Cashback para famílias de baixa renda,
Gestão compartilhada entre União, estados e municípios.

Appy explicou ainda que os Projetos de Lei Complementar foram construídos de forma conjunta pelos entes federativos, fortalecendo o federalismo cooperativo. A expectativa é que o PLP 108 seja aprovado até o fim do ano, iniciando a fase de adaptação

já em 2026.

Representando os municípios, Edilson Júnior ressaltou que a reforma deve se apoiar em princípios como simplicidade, transparência, justiça tributária, defesa do meio ambiente e cooperação. Ele também enfatizou o novo protagonismo municipal na fiscalização tributária:

“Os municípios na reforma tributária terão o papel de protagonista agora, uma vez que terão o trabalho compartilhado com os estados do novo posto da nova realidade tributária do país, do IBS. Os municípios passam, inclusive, a poder fiscalizar empresas de todo o país nessa nova modalidade de fiscalização tributária, ganhando em competência e ganhando em atribuições.”

O painel reforçou que a Reforma Tributária não apenas reorganiza o sistema de consumo, mas marca uma nova etapa para o federalismo brasileiro, com impactos diretos na competitividade econômica e na relação entre os entes.

**“O BRASIL PAGA UM
PREÇO ALTO POR
FUGIR DOS PRINCÍPIOS
BÁSICOS DA BOA
TRIBUTAÇÃO. NOSSO
SISTEMA ATUAL GERA
DISTORÇÕES GRAVES E
A REFORMA CORRIGE
ISSO AO ADOPTAR UMA
BASE AMPLA, NÃO
CUMULATIVIDADE
PLENA E TRIBUTAÇÃO
NO DESTINO”**



Bernard Appy detalha principais características do novo modelo de tributação

PAINEL 5

Painel nacional sobre LOAT defende unidade do Fisco e protagonismo institucional

Especialistas destacam que a Lei Orgânica da Administração Tributária é peça estratégica para gestão do sistema tributário brasileiro e proteger carreiras da área diante da centralização prevista na reforma

O 20º Conafisco reuniu um time de especialistas para debater os desafios e o futuro da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). Em meio à implementação da reforma tributária, o tema foi tratado como decisivo para a autonomia, modernização e fortalecimento institucional do Fisco brasileiro.

Mediado pelo diretor da Fenafisco e coordenador do Grupo de Trabalho da LOAT, Claudio Modesto, o painel contou com a participação da jurista Adriana Schier, do auditor fiscal federal Dão Real Pereira dos Santos, da auditora municipal Fernanda Tomé, do presidente da Fenafisco, Francelino Valença, do auditor amazonense Miguel Arcanjo Simas e do auditor fiscal Rubens Ferreira da Costa.

Considerada “espinha dorsal para a modernização do Estado e gestão do sistema tributário nacional”, a LOAT visa estabelecer normas nacionais que blindam a administração tributária contra interferências externas e asseguram autonomia técnica, administrativa e financeira, elementos essenciais para garantir eficiência arrecadatória e segurança jurídica.

A jurista Adriana Schier, referência nacional no tema, defendeu que a reforma tributária atualizou e modernizou o conceito constitucional de administração tributária, especialmente com a inclusão do artigo 156-B, que reconhece um



Rubens Ferreira em sua exposição sobre a Loat

conjunto de carreiras específicas responsáveis por funções essenciais como fiscalização, lançamento, arrecadação, cobrança e representação administrativa.

Segundo ela, tratar da LOAT não é defender interesses corporativos, mas sim garantir direitos sociais: “Administração tributária não é assunto de categoria, é assunto de cidadania. Sem arrecadação forte, não existe política pública, não existe Estado.”

Adriana elogiou a minuta nacional construída pela Fenafisco, mas alertou para a necessidade de proteger carreiras históricas de nível médio que exercem legalmente a função de lançamento, defendendo a inclusão de regra de transição que evite exclusões e insegurança jurídica.

Experiência de Goiânia acende sinal de alerta

A auditora Fernanda Tomé, de Goiânia, apresentou um exemplo concreto sobre desafios pós-aprovação. Segundo ela, mesmo após a aprovação da LOAT municipal em 2018, alterações políticas posteriores esvaziaram dispositivos da lei, retirando exclusividade técnica de funções e transferindo atribuições para outros órgãos da administração. “A aprovação da LOAT não é o fim da luta. Se não houver defesa permanente e vigilância institucional, a lei é desmontada por decreto.”

NENHUMA GRANDE CONQUISTA DO FISCO ACONTECEU POR ARGUMENTO TÉCNICO. TODAS FORAM FRUTO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E UNIDADE. SEM ISSO, O FUTURO É DE PERDA DE ESPAÇO E DESVALORIZAÇÃO.”

Unidade política como condição de sobrevivência

O presidente da Fenafisco, Francelino Valença, afirmou que a LOAT é uma construção essencialmente política e que a fragmentação entre entidades e carreiras do Fisco é hoje a maior fragilidade da categoria. “Nenhuma grande conquista do Fisco aconteceu por argumento técnico. Todas foram fruto de articulação política e unidade. Sem isso, o futuro é de perda de espaço e desvalorização.”

A preocupação foi reforçada pelo auditor Rubens Ferreira da Costa, que criticou a postura historicamente a política da categoria: “O auditor é um dos profissionais mais qualificados do país, mas não ocupa o espaço político que lhe cabe. Não faz propaganda do que faz. Quem não se posiciona perde relevância.” Rubens utilizou a metáfora da “pata e da galinha”, destacando que, enquanto algumas categorias anunciam conquistas, o Fisco entrega resultados diariamente sem divulgá-los, fragilizando sua imagem pública.

Riscos da centralização e pacto federativo ameaçado

Dão Real Pereira dos Santos alertou para a força institucional do Comitê Gestor nacional do novo imposto sobre consumo, previsto na reforma tributária, e apontou risco de esvaziamento de competências de fiscos estaduais e municipais, com impacto direto no pacto federativo. “Se não houver LOAT forte e articulação política firme, o Fisco perderá autonomia e visibilidade.” Ele defendeu uma estratégia dividida em três etapas:

1. Construir consenso interno entre carreiras fiscais;
2. Negociar com o governo antes de buscar o Congresso;
3. Campanha pública que conecte arrecadação e serviços essenciais.

O painel reforçou que a LOAT é um instrumento decisivo para garantir um modelo tributário moderno, eficiente e justo, mas sua implementação depende de unidade interna, coragem política e comunicação estratégica. A mensagem central foi clara: não basta aprovar a lei — é preciso defendê-la diariamente.

Por fim, o auditor amazonense Miguel Arcanjo destacou que o futuro do Fisco passa por reposicionamento estratégico, defendendo um tripé: “Precisamos de articulação política permanente, visibilidade institucional e conexão real com a sociedade.”

Para ele, os auditores devem ocupar espaços nacionais e influenciar decisões como política pública essencial.



Sindifisco Nacional participa de debate sobre Loat

André Horta defende “solidariedade fiscal” e desmonta mito da carga tributária alta no Brasil



André Horta detalha seu livro sobre solidariedade fiscal

O Painel 6 do 20º Conafisco e 9º Enape marcou o lançamento do livro “Solidariedade Fiscal – desmistificando o nível de tributação e seu impacto no crescimento econômico” e abriu um flanco importante na disputa de narrativas sobre o sistema tributário brasileiro. Com mediação de Charles Alcântara, presidente do Sindifisco-PA e ex-presidente da Fenafisco, o auditor fiscal André Horta Mello apresentou os principais argumentos da obra e defendeu a substituição do termo “carga tributária” por “taxa de solidariedade fiscal”.

Ao longo de 30 minutos, André Horta contestou a ideia de que “muito imposto atrapalha a economia” e mostrou, com dados internacionais, que os países com maior arrecadação tributária per capita são justamente os que registram maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). “Mais recursos públicos significam mais desenvolvimento. Isso não é só correlação, é causalidade”, afirmou, ao explicar que não há educação, saúde e políticas sociais robustas sem financiamento adequado do Estado.

Um dos pontos centrais da exposição foi a crítica à régua tradicional que compara arrecadação com o PIB. Horta lembrou que o Brasil aparece na 29ª posição em

carga tributária como proporção do PIB, mas cai para a 53ª posição quando o critério passa a ser arrecadação per capita. Na comparação com o Canadá, que tem índice de arrecadação sobre o PIB muito próximo ao brasileiro, ele destacou que a diferença está na população: “O Canadá tem cerca de 40 milhões de habitantes. Com a mesma proporção de tributos, consegue investir cinco vezes mais por cidadão em estradas, escolas e hospitais. A régua do PIB funciona entre países ricos, mas distorce completamente a realidade de países periféricos como o Brasil”.

Ao tratar da regressividade do sistema, o auditor foi direto: o grande problema brasileiro não é apenas o peso dos impostos indiretos, mas a falta de tributação adequada sobre a renda das pessoas físicas de alta renda. Segundo ele, enquanto a média dos países da OCDE arrecada cerca de 8,4% do PIB com Imposto de Renda da pessoa física, o Brasil fica em torno de 3%. “A diferença é da ordem de 5,4 pontos percentuais do PIB, algo como R\$ 650 bilhões por ano. É aí que reside a regressividade do sistema, muito mais do que no tamanho dos tributos indiretos”, reforçou, lembrando que, em imposto de renda de pessoa jurídica, o Brasil está próximo da média internacional.

Horta também dedicou parte da palestra a desconstituir



Pedro Lopes durante pergunta sobre o painel

o discurso de que o Estado brasileiro é “inchado” e gasta demais com pessoal. Com base em estudo do Banco Mundial, mostrou que o Brasil tem cerca de 5,6% de servidores públicos na população ocupada, contra 9,8% na média da OCDE. Além disso, o chamado “prêmio salarial”, a diferença média entre o salário no setor público e no privado, é de aproximadamente 8% no Brasil, frente a 21% nos países desenvolvidos, sendo inexistente na esfera municipal. “Somos um Estado precário, não um Estado gigante. A narrativa de que a máquina é pesada serve para justificar cortes de receita e precarização do serviço público”, criticou.

Um eixo forte da apresentação foi a disputa pelo léxico. André defendeu que a forma como o debate público nomeia os tributos não é neutra e influencia a percepção social. Ele resgatou exemplos históricos, como a passagem de “imposto” para “contribuição” após a Revolução Francesa e a substituição de “índio” por “indígena”, para mostrar como a linguagem pode emancipar ou reforçar visões distorcidas. “Chamar tributo de ‘carga’ remete a peso, fardo, algo negativo. O que o livro propõe é falar em taxa de solidariedade fiscal, porque o tributo é a forma concreta pela qual a sociedade coopera para

financiar direitos sociais previstos na Constituição”, explicou.

Ao encerrar o painel, Charles Alcântara reforçou o chamado para que o próprio Fisco abandone o discurso da redução do Estado e incorpore a ideia de solidariedade fiscal em sua atuação cotidiana. Ele classificou a obra como “leitura obrigatória” para quem atua na administração tributária e lembrou que o artigo 3º da Constituição aponta como objetivo da República construir uma sociedade “livre, justa e solidária”, o que exige receita pública estável e progressiva.

O vice-presidente eleito da Fenafisco, Pedro Lopes, também fez uma intervenção, relatando a experiência do Rio Grande do Norte na formação de servidores em educação fiscal e defendendo que o conceito de

solidariedade fiscal seja difundido para além dos auditórios do Conafisco, alcançando escolas de governo e a sociedade em geral. O painel foi encerrado com sessão de autógrafos, entrega de lembrança ao palestrante e convite para que os participantes aprofundem o debate a partir da leitura de “Solidariedade Fiscal”, que passa a compor o repertório teórico da reforma tributária solidária defendida pelo Fisco brasileiro.

**“A DIFERENÇA
É DA ORDEM
DE 5,4 PONTOS
PERCENTUAIS DO
PIB, ALGO COMO
R\$ 650 BILHÕES
POR ANO. É AÍ
QUE RESIDE A
REGRESSIVIDADE
DO SISTEMA,
MUITO MAIS DO
QUE NO TAMANHO
DOS TRIBUTOS
INDIRETOS”**

Projeto Mulher Cidadã ganha destaque com debate sobre autonomia feminina e políticas públicas

Painel apresenta dados alarmantes, ações integradas e a expansão nacional da iniciativa, reforçando seu papel estratégico para o Fisco e para o país



Cecília Morais apresenta projeto “Mulher Cidadã”

O painel “Mulher Cidadã” abriu espaço para uma discussão central: a missão e a expansão do Projeto, iniciativa do Ministério da Fazenda voltada à autonomia fiscal, financeira e social de mulheres em situação de vulnerabilidade. O painel contou com a participação da professora da UFRN e assessora especial do BID, Karoline Marinho, e da assessora especial do Ministério da Fazenda, Cecília Morais, sob mediação de Marlúcia Paixão, Diretora de Comunicação da Fenafisco, e Claudia Conrado, Diretora de Comunicação do Sinfrerj.

Ao iniciar sua apresentação, Cecília Morais destacou dados que fundamentam a criação do projeto, revelando um retrato de desigualdade que ainda marca profundamente o país. Segundo dados recentes da PNAD/IBGE, entre os 108,6 milhões de pessoas que compõem a força de trabalho, 55,9% são homens e apenas 44,1% mulheres. Entre os 6,3 milhões de desocupados, 53% são mulheres, demonstrando que o desemprego as atinge de maneira mais severa.

Ela também pontuou discrepâncias salariais, predominância feminina entre chefes de família em situação de renda crítica, além de estatísticas de feminicídio e recortes raciais que agravam a situação. “Precisamos de sensibilidade e ação. Esses números mostram que a desigualdade é estrutural, e só políticas públicas efetivas podem transformá-la”, declarou Morais.

A assessora mencionou avanços legislativos, como:

Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 12.516/2025, que exigem que empresas contratadas pelo Poder Público reservem 8% das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica;



Projeto “Mulher Cidadã” é uma iniciativa do Ministério da Fazenda

Lei nº 14.542/2023, que garante 10% das vagas do SINE para esse mesmo público.

“O Projeto Mulher Cidadã nasce para apoiar mulheres vulneráveis e difundir conhecimentos legais, fiscais e sociais, fortalecendo sua capacidade de gerir negócios e acessar renda. Contamos com o apoio do Fisco nessa missão”, afirmou.

Expansão do projeto: aproximação das comunidades e novas parcerias

Atuando diretamente na fase de expansão do Programa junto ao BID, a professora Karoline Marinho destacou que o passo mais importante é levar o projeto a quem mais precisa. “Aproximar o Mulher Cidadã do público-alvo é a condição essencial para que ele produza igualdade e desenvolvimento real”, afirmou.

Marinho apresentou acordos de cooperação técnica em construção com órgãos públicos, entidades privadas e organizações da sociedade civil. Entre as ações estruturantes, ela destacou: a criação da “Trilha Mulher Cidadã”, com videoaulas sobre educação fiscal, liderança, marketing digital, planejamento tributário, economia do cotidiano, igualdade de gênero, assédio moral e sexual, entre outros temas; conteúdos já elaborados para formação de multiplicadores; articulação com embaixadoras que serão porta-vozes do programa e premiações com estratégias de engajamento digital.

A professora ainda enfatizou a importância das parcerias no Nordeste, região com maior concentração de mulheres em vulnerabilidade. “A consolidação das parcerias nordestinas, em setembro deste ano, foi um marco. É onde mais precisamos atuar, e onde os resultados serão mais transformadores”, destacou.

Segundo ela, embora o Ministério da Fazenda não tenha como missão direta a formulação de políticas sociais, a execução do Programa Mulher Cidadã depende de cooperações institucionais e de apoio técnico, sobretudo de estudantes e agentes comunitários. “Sem essas redes, não há como o programa alcançar escala e efetividade”, reforçou.

As mediadoras também ressaltaram o papel político e social do tema dentro de um evento técnico como o Conafisco. “Não existe democracia sem igualdade de gênero, sem representatividade feminina nas esferas política e sindical. O Mulher Cidadã é uma ferramenta de inclusão e transformação social”, afirmou Marlúcia Paixão.

Claudia Conrado reforçou que a Federação reconheceu rapidamente a importância da iniciativa. “Conhecemos o projeto há pouco mais de um mês e imediatamente vimos que o Fisco precisava estar junto, apoiando.”

Ao encerrar, Karoline Marinho fez um chamado direto à categoria: “O apoio do Fisco fortalece a educação e a cidadania fiscal, contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dá propósito social aos recursos sindicais”.

Ao final, o debate reforçou a importância da pauta de igualdade de gênero dentro do 20º Conafisco e do 9º Enape, mostrando que políticas fiscais e tributárias estão profundamente ligadas ao desenvolvimento humano e à promoção de direitos. A apresentação provocou reflexão entre os representantes sindicais, despertando uma visão mais humanizada e consciente sobre a necessidade urgente de enfrentar desigualdades, combater o feminicídio e ampliar a representatividade feminina.

Conheça mais sobre o Projeto Mulher Cidadão: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/mulher-cidada>

“APROXIMAR O MULHER CIDADÃ DO PÚBLICO-ALVO É A CONDIÇÃO ESSENCIAL PARA QUE ELE PRODUZA IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO REAL”

PAINEL 8

Haully defende LOAT nacional destaca a atuação do fisco no novo sistema tributário

Deputado falou sobre o impacto econômico da Reforma Tributária, defendeu a Lei Orgânica e o reconhecimento das carreiras fiscais

No painel de encerramento do 20º Conafisco o deputado federal Luiz Carlos Haully (PODE-PR) fez uma defesa do novo sistema tributário e do papel estratégico das administrações fiscais na construção do novo modelo de arrecadação nacional. O debate intitulado “Reforma Tributária” contou com a mediação de Celso Malhani, diretor da Fenafisco e presidente do Sindifisco-RS, e reuniu representantes do fisco de todo o país.

Haully resgatou o histórico das articulações políticas que viabilizaram a aprovação da Emenda Constitucional nº 132/2023, destacando a articulação construída pelo Pacto de Brasília desde 2017. Ele afirmou que o processo se consolidou como um movimento coletivo do fisco e ressaltou a importância da atuação do setor para a construção da LOAT Nacional. Segundo ele, a conquista é resultado da atuação do “do Pacto de Brasília, proposto pelo fisco, e que agora, de forma unificada, o setor deve atuar para que haja uma LOAT nacional”.

O parlamentar reforçou a importância dos sindicatos estaduais na mobilização pela Lei Orgânica das Administrações Tributárias (LOAT), prevista na reforma, e reforçou a continuidade do trabalho institucional. Ele pontuou que a categoria precisa enfrentar a



Reforma Tributária encerra debate do 20º Conafisco

desinformação que atinge a sociedade em relação ao fisco e aos impostos.

O parlamentar citou cálculos econômicos positivos sobre impacto positivo da Reforma Tributária ao consumidor e a formalização de empregos e argumentou que a modernização tributária “aumenta a legalidade” e “acaba a fraude”, além de abrir espaço para um mercado mais competitivo. Explicou ainda que o antigo sistema tributário penalizava o consumidor final pela cumulatividade dos tributos, com imposto “embutido no custo da obra, no custo da imprensa, no custo da empresa prestadora, e assim sucessivamente, gerando efeito cascata”. Segundo ele, o novo modelo tende a reduzir esse peso, e embora a desoneração não seja integralmente repassada ao comprador, “pelo menos metade desse ganho deve se converter em preços mais baixos na ponta”, liberando renda e ampliando o poder de consumo da população, o que impulsiona a atividade econômica.

Teto para o fisco

Haully destacou o reconhecimento social dos auditores fiscais: “o papel do auditor no Brasil é a mais importante



Luiz Haully expõe atual cenário da Reforma Tributária



O diretor Celso Malhoni debate sobre o tema

profissão, tão grande ou maior que o juiz e o promotor”. Para ele, o fortalecimento das carreiras fiscais é condição para a consolidação da reforma e da arrecadação eficiente: “A gente merece toda a especial para a gente estar conseguindo um teto para vocês. Um trabalho conjunto”.

Haully classificou os servidores do fisco como parte central da operação econômica do Estado e da democracia, afirmando serem “parte de uma grande engrenagem de uma economia de mercado que existe para abastecer, servir a sociedade”, e destacou que o antigo sistema tributário “não atendia às demandas da economia brasileira”.

Carta de Natal 2025 define princípios e compromissos do Fisco em defesa da sociedade

A Plenária Final do 20º Conafisco aprovou a Carta de Natal, documento elaborado sob coordenação do diretor da Fenafisco, Márcio Santa Rosa, e subscrito pelas delegadas e delegados presentes.

A carta reafirma o papel estratégico do Fisco no contexto da implementação da Reforma Tributária, ressaltando que o processo exige maturidade institucional, transparência, autonomia e compromisso permanente com a justiça fiscal.

O texto destaca que a Reforma Tributária deve não apenas simplificar o sistema e reduzir distorções históricas, mas também fortalecer a arrecadação pública e ampliar o desenvolvimento econômico, sempre sob a garantia de uma Administração Tributária moderna, autônoma e tecnicamente protegida. **Leia a Carta na íntegra:**



Diretor Márcio Santa Rosa lê carta para o Congresso

Carta de Natal 2025 - Compromissos do fisco brasileiro com a justiça fiscal e o Estado democrático

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e seus sindicatos filiados, por intermédio das delegadas e delegados presentes na Plenária Final do 20º Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital – CONAFISCO, realizada em 27 de novembro de 2025, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, subscrevem a presente Carta de Natal.

O encontro ocorreu em um momento decisivo para o Brasil, marcado pela implementação da Reforma Tributária, a qual exige maturidade institucional, transparência e compromisso com a justiça fiscal. A Reforma Tributária deverá simplificar o sistema, corrigir distorções históricas, ampliar o crescimento e o desenvolvimento econômico e fortalecer a arrecadação pública. No entanto, reiteramos que tais avanços só serão concretos se acompanhados, de forma perene, por uma administração tributária moderna, autônoma e tecnicamente protegida. Por isso, defendemos que o federalismo cooperativo

seja efetivado como princípio de governança, evitando centralizações indevidas de poder e preservando o equilíbrio federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Defendemos ainda as prerrogativas do Fisco e a autonomia federativa no Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços – CGIBS, em discussão no PLP 108/2024.

Reafirmamos, nesse contexto, o papel essencial da Lei Orgânica da Administração Tributária Nacional (LOAT), prevista na Emenda Constitucional 132/2023, cujo texto base foi aprovado neste Congresso, como eixo institucional do novo modelo tributário. A LOAT deve ser forte, robusta e protetiva das carreiras, garantindo autonomia técnica, administrativa e financeira às administrações tributárias de todas as esferas da federação. Trata-se de uma política de cidadania, pois sem arrecadação eficiente e impessoal não há Estado, não há serviço público e não há política social. Comprometemo-nos a conscientizar

a sociedade sobre a importância dessa normatização e a atuar junto às entidades do Fisco para encaminhar um texto único da LOAT ao Governo Federal e ao Congresso Nacional.

Destacamos ainda a importância da Educação Fiscal na implementação da Reforma Tributária, como política de Estado capaz de aproximar a sociedade do tema tributário, formar consciência cidadã e fortalecer a cultura democrática. Investir em transparência didática e em compreensão pública sobre receitas, gastos e prioridades orçamentárias significa formar cidadãos conscientes, capazes de fiscalizar o poder público e compreender que sem tributo não há saúde, não há educação, não há segurança e não há Estado democrático.

Manifestamos também preocupação diante da PEC 38/2025, a Reforma Administrativa, que retoma princípios já rejeitados pela sociedade brasileira durante a tramitação da PEC 32/2020, fragilizando o serviço público, ampliando vínculos precários e flexibilizando pilares institucionais. A defesa intransigente do serviço público, da estabilidade profissional e da estrutura republicana da administração estatal permanece como compromisso desta Federação. Ressaltamos, igualmente, a centralidade do debate sobre saúde mental dos servidores fiscais, pois a valorização humana e emocional é indissociável da qualidade do serviço entregue à sociedade.

A saúde mental dos servidores e servidoras fiscais deve ser tratada como prioridade institucional. Reconhecemos que a pressão técnica, a responsabilidade jurídica, a exposição a conflitos e a cobrança constante por resultados exigem cuidado contínuo e estruturado com o bem-estar emocional. A valorização humana, a dignidade no ambiente de trabalho e o apoio psicológico e organizacional contribuem para a excelência do serviço prestado à população e fortalecem a integridade e a vitalidade das administrações tributárias.

Não menos importante, nós, servidores e servidoras do Fisco, reafirmamos nosso compromisso com a promoção da igualdade de gênero como princípio estruturante de justiça social e fortalecimento institucional. A equidade entre homens e mulheres no serviço público, em oportunidades, remuneração, reconhecimento e acesso a posições de liderança, é condição essencial para um Estado democrático e moderno. Defendemos políticas que ampliem a inclusão e a autonomia financeira das mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, garantindo acesso ao conhecimento tributário, a ferramentas

de planejamento financeiro e às condições necessárias para seu desenvolvimento pessoal e profissional. A igualdade de gênero no Fisco e na sociedade é uma agenda estratégica que promove eficiência econômica, fortalece a cidadania, aprimora a tomada de decisão pública e contribui para um país mais justo, diverso e solidário.

Fortalecidos pelo compartilhamento de experiências técnicas e humanas que marcaram este Congresso, afirmamos nosso compromisso com uma administração tributária republicana; com a efetivação de uma Reforma Tributária justa e solidária; com a implementação da LOAT como marco legal protetivo de competências e profissionalismo; com a instituição definitiva da Educação Fiscal como política estruturante; com a defesa do serviço público de qualidade; e com a preservação rigorosa do pacto federativo.

Diante de tudo o que vivemos aqui em Natal, assumimos hoje compromisso público com:

- uma Administração Tributária republicana que defenda as prerrogativas do Fisco e a autonomia federativa;

- a implementação de uma Reforma Tributária justa e solidária, que preserve as prerrogativas do Fisco;

- a implementação da LOAT como marco garantidor do pacto federativo, conforme a Emenda Constitucional nº 132/2023;

- a Educação Fiscal;

- a igualdade de gênero como princípio estruturante de justiça social e fortalecimento institucional;

- a preservação dos direitos e garantias dos aposentados e pensionistas;

- a defesa do serviço público de qualidade e a oposição à PEC 38/2025.

Concluimos esta Carta reafirmando que os desafios à frente são expressivos, mas a determinação do Fisco brasileiro em atuar com responsabilidade, vigilância e compromisso com a democracia e a justiça fiscal permanece firme e inabalável.

Da cidade de Natal, capital potiguar,

Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco



Aprovação da LOAT marca a Plenária Final do 20º Conafisco

Deliberações reforçam a unidade do Fisco e consolidam diretrizes para uma Administração Tributária moderna e autônoma

A Plenária Final do 20º Conafisco marcou um passo decisivo para o fortalecimento institucional do Fisco brasileiro. Durante a sessão, foi homologado o texto base da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). Para Francelino Valença, presidente da Fenafisco, o resultado alcançado espelha o compromisso coletivo das carreiras que integram o Fisco:

“Nosso esforço foi construir uma lei que represente todas as carreiras da Administração Tributária. A Constituição define as atividades essenciais, e não seria adequado produzir uma norma limitada a apenas uma categoria. A LOAT precisa refletir a estrutura completa do Fisco.”

A apresentação do texto marca o fechamento de um ciclo de debates conduzidos pelo Grupo de Trabalho da LOAT, coordenado

por Cláudio Modesto. Ele reforçou que o documento atende às demandas técnicas e institucionais do país:

“A LOAT que apresentamos reconhece a diversidade da Administração Tributária e define competências e atribuições de maneira clara, sem depender de nomenclaturas. É uma construção que valoriza a pluralidade dos estados e organiza de forma objetiva as carreiras que integram o sistema.”

Entre as premissas aprovadas, destacam-se:

- O reconhecimento da administração tributária como plúrima, composta por diversas carreiras;
- A definição da autoridade fiscal, elemento fundamental para a segurança jurídica e institucional do novo modelo tributário;



Coordenador do Grupo de Trabalho, Cláudio Modesto em sua exposição do texto



Conafisco aprova minuta base da Loat

Conafisco diploma nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Fenafisco, em solenidade festiva



Em uma noite de celebração, a Fenafisco realizou, no dia 27, no Imirá, a Posse Festiva da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o triênio 2026–2028. O evento reuniu lideranças sindicais de todas as regiões do país, autoridades, convidados e representantes de diversas entidades, encerrando com grande destaque a programação do 20º Conafisco e 9º Enape.

A cerimônia diplomou a nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, eleitos no dia 25, durante votação realizada no Serhs Hotel. A eleição confirmou a Chapa 1 – Renovação e Democracia, encabeçada pelo presidente reeleito Francelino Valença (Sindifisco/PE) e pelo vice-presidente Pedro Lopes (Sindifern/RN), consolidando a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Federação.

Premiação à governadora Fátima Bezerra e destaque para avanços institucionais



Entre os destaques da noite, a Fenafisco entregou oficialmente o Prêmio Cervantes à governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, em reconhecimento às ações de fortalecimento institucional do fisco potiguar. A chefe do Executivo estadual prestigiou a solenidade e reafirmou seu compromisso com a valorização da carreira fiscal, reforçando a importância da categoria para o desenvolvimento regional.

Em seu pronunciamento, Fátima Bezerra reafirmou o compromisso com a valorização da categoria: “O papel do auditor fiscal é crucial para o desenvolvimento do nosso Estado. Graças à participação qualificada e ao compromisso dos auditores fiscais, estamos gerindo o Rio Grande do Norte com eficiência, responsabilidade e foco no interesse público”, destacou.

Compromissos da nova gestão da Fenafisco

Durante seu discurso, o presidente reeleito Francelino Valença enfatizou que a nova Diretoria Executiva iniciará o triênio com o compromisso de fortalecer o serviço público, valorizar as administrações tributárias estaduais e ampliar a participação institucional da Fenafisco nos debates nacionais, especialmente no cenário pós-Reforma Tributária. Ele também destacou a união entre representantes de todas as regiões do país e a confiança no trabalho coletivo da nova gestão.

“A gente conseguiu unir todo o país, temos representantes do Norte, Sul, Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste. Ano que vem, a gente vai ter um desafio imenso, mas que esse time consiga trazer ganhos significativos para a Fenafisco.

Eu não só confio em vocês, como confio na capacidade de cada um de vocês, pois sei que essa sinergia vai se transformar em algo muito maior. Talvez daqui a três anos, a gente encontre coisas que sequer imaginávamos. Muito obrigado a todos vocês!”, finalizou.

Nova composição da Diretoria Executiva 2026–2028

A diretoria empossada é composta pelos seguintes titulares:

Presidente:

Francelino Valença (Sindifisco/PE)

Vice-presidente:

Pedro Lopes (Sindifern/RN)

Diretor administrativo e financeiro:

Toni Pinto (Sinafite/DF)

Diretor para assuntos parlamentares e relações institucionais:

Celso Malhani (Sindifisco/RS)

Diretor de formação sindical e relações intersindicais:

Fabiano Dadam (Sindifisco/SC)

Diretora de comunicação:

Claudia Conrado (Sinfrerj/RJ)

Diretor jurídico e de defesa profissional:

Cláudio Modesto (Sindifisco/GO)

Diretor de aposentados e pensionistas:

Wanderci Polaquini (Sindaefep/PR)

Diretor para assuntos técnicos:

Severino da Costa (Sindifiscal/TO)

Suplentes

Elias Freitas Fonseca – Sindsefaz/BA
Geraldo José Pinheiro – Sindifiscal/ES
José Roberto Ferreira de Souza – Sindifisco/RR
Rogério Macanhão – Sindifisco/SC
Wanderson Vieira Waldhelm – Sinafite/DF
Wagner Lira Pinheiro – Sindifisco/PB
Wilzete Jesus Mota de Moraes – Sindifisco/AP
Zilma Torraca de Matos – Siprotaf/MT

Conselho Fiscal

Leyla Maria Alves da Silva Bichara Viga (Sindifisco/AC)
Anatal de Jesus Pires de Oliveira (Sindifisco/AP)
Ronaldo Oliveira da Silva (Sindaftema/MA)

Suplentes

Remo César de Oliveira Moura – Sintaf CE
Ricardo Brand – Sinfrerj RJ

Com a Posse Festiva, foram concluídas as atividades do 20º Conafisco e 9º Enape, encerramento que evidenciou o papel de Natal na agenda do fisco brasileiro e o momento relevante vivido pela administração tributária do Rio Grande do Norte.

Discurso de Posse



Estar em Natal tem um significado especial para mim. Entre os muitos estados que visito, é aqui que mais me sinto em casa fora de Pernambuco. Ao longo da minha trajetória, esta cidade sempre marcou pontos de inflexão importantes, e acredito que isso não seja coincidência.

Ao olhar para os últimos três anos, reconheço que a Fenafisco passou por uma transformação interna relevante. Nos afastamos por um momento da dimensão mais filosófica que sempre nos acompanhou e adotamos uma metodologia mais prática, com atuação mais intensa no Parlamento e um diálogo mais amplo com outras entidades. O que inicialmente era um ambiente de desconfiança se tornou um time coeso, capaz de alcançar resultados que há décadas pareciam distantes.

Com o esforço da diretoria, das bases sindicais e de toda a categoria, avançamos em temas estruturais que hoje estão registrados na Constituição Federal. Também estivemos lado a lado na defesa do serviço público, contribuindo para impedir retrocessos que afetariam toda a sociedade.

Entre os aprendizados que levarei desta gestão, destaco o trabalho construído com as mulheres da Fenafisco. Quando surgiu a ideia de realizar o Congresso das Mulheres, ficou claro que havia uma energia acumulada, pronta para ganhar forma. A partir dali, transformamos debates que antes ficavam restritos ao discurso em ações concretas para valorizar o protagonismo feminino. Sou grato a todas que nos ensinaram, com coragem e resiliência, o que significa enfrentar desigualdades e superá-las.

Vivemos também momentos delicados, tanto no campo institucional quanto no pessoal. Enfrentei dificuldades que quase me afastaram do cargo logo no início, mas encontrei apoio e sobretudo, motivação para continuar. Esses episódios me mostraram que compartilhar vulnerabilidades fortalece o coletivo. Da mesma forma, em meio a um ambiente político marcado por polarização e intolerância, reafirmamos uma escolha fundamental: não ceder a pressões indevidas e manter o debate dentro dos limites democráticos, sempre sustentado por argumentos e pela defesa do diálogo.

Para o ciclo que se inicia, formamos uma equipe que representa todas as regiões do país e reúne competências diversas, alinhadas ao projeto que desejamos para a Fenafisco. A chegada de novos nomes, que inclusive contribuíram para aprimorar discussões antes mesmo da posse, reforça o compromisso com uma entidade ainda mais plural e atuante.

O próximo ano nos apresentará desafios expressivos, assim como ocorreu no período que passou. Poucos acreditavam que alcançaríamos conquistas como o teto 100 na Constituição, mas o impossível se tornou realidade graças ao trabalho coletivo. Tenho confiança de que esta nova composição trará avanços igualmente significativos, alguns talvez inimagináveis neste momento.

Agradeço a cada pessoa que caminhou conosco até aqui. Deixo este registro com a certeza de que seguimos construindo uma Fenafisco mais forte, mais unida e preparada para enfrentar os desafios que virão.



Entrevista com o Presidente Eleito

1. Ao concluir o ciclo da gestão 2023–2025, que balanço você faz deste período?

O balanço foi extremamente positivo. Nesse período, enfrentamos vários desafios, incluídos os de natureza endógena, que, em certa medida, drenaram um pouco da nossa energia, mas, por incrível que pareça, não foram suficientes para impedir que a nossa entidade obtivesse sucesso em pautas históricas há décadas represadas e algumas delas já materializadas no texto constitucional.

2. Quais foram, na sua avaliação, os desafios mais complexos enfrentados pela Federação nos últimos três anos, e de que forma essas experiências contribuíram para aprimorar o papel da entidade no cenário nacional?

Entre os desafios mais complexos, gostaria de destacar: a articulação com todas as entidades do Fisco para viabilizar uma atuação conjunta, sinérgica e efetiva, com resultados significativos; além disso, merece destaque a articulação junto ao Parlamento Nacional, especialmente no período de aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, que resultou em avanços significativos para as administrações tributárias dos entes federados.

3. Entre os projetos, articulações e entregas da gestão que se encerra, quais você destacaria como marcos que redefiniram a atuação da Fenafisco?

Gostaríamos de destacar a mudança de paradigma, notadamente no que concerne à transição do campo

das ideias e conceituações para a adoção de uma nova metodologia de atuação parlamentar, com ênfase nos resultados, os quais podem ser traduzidos em algumas conquistas inseridas na Constituição da República, a exemplo do teto constitucional isonômico, das atividades exclusivas da administração tributária no comitê gestor e da previsão da Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT). Também consideramos um marco a vitória no enfrentamento à PEC 32, que foi paralisada após intensa atuação da federação junto a entidades parceiras. Esse resultado consolidou a capacidade de articulação da Fenafisco e demonstrou a eficácia da estratégia adotada, preservando pilares essenciais do serviço público.

4. Há alguma iniciativa que, apesar de avanços significativos, ainda exige continuidade ou aprofundamento no próximo ciclo?

A principal iniciativa que merece ser aprofundada e, na nossa expectativa, deverá ser encaminhada ao Congresso no próximo ano é a LOAT. Para que avance com seus pontos centrais, capazes de dotar as administrações tributárias das ferramentas necessárias à implementação adequada do novo modelo de tributação sobre o consumo, será necessária uma articulação pautada em princípios éticos, envolvendo todas as entidades representativas do fisco, com vistas a um anteprojeto consensuado. Além disso, a Reforma Administrativa, que já havia sido afastada com a PEC 32, volta a ganhar espaço no debate público e representa uma possível ameaça. Devemos nos orgulhar da vitória inicial, mas é fundamental permanecer atentos

e em constante atuação diante das novas investidas de desmonte do Estado, agora materializadas na PEC 38.

5. Sua reeleição para o triênio 2026–2028 demonstra a confiança das entidades filiadas na condução do trabalho realizado. O que essa recondução representa para você em termos de responsabilidade política, administrativa e institucional?

Não é segredo que passamos por momentos de tensão interna, tendo como um dos principais pontos de divergência o diálogo que construímos com outras entidades representativas do fisco. A Fenafisco tem um papel de extrema relevância na busca por consensos mínimos. Vivemos um período de esgarçamento do tecido social, em decorrência do acirramento da intransigência, do radicalismo e do ódio dirigido aos princípios democráticos. A Fenafisco, enquanto entidade sindical, tem um papel relevante na defesa dos princípios albergados em um Estado Democrático de Direito. A missão que ora assumimos ultrapassa a dimensão puramente formal da entidade e demonstra a convicção dos sindicatos filiados na defesa intransigente da democracia.

6. Quais serão os pilares centrais da nova gestão, considerando o cenário atual das administrações tributárias?

O principal foco da Fenafisco será a regulamentação da Lei Orgânica Nacional da Administração Tributária. É necessário assegurar autonomia e condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho do fisco e, assim, garantir a maior captação de impostos possível. Também continuaremos vigilantes no Congresso Nacional, atuando contra todos os projetos que venham a enfraquecer o serviço público e a administração tributária, a exemplo da Reforma Administrativa.

7. A reforma tributária segue em fase de regulamentação e implementação. Como a Fenafisco pretende atuar, técnica e politicamente, nesse processo decisivo?

A articulação com os parlamentares é uma das atividades centrais dos dirigentes da Fenafisco. Esse trabalho deve ser feito em conjunto com as demais federações nacionais do fisco brasileiro, a exemplo do Sindifisco Nacional, que representa os auditores fiscais da Receita Federal, e a Fenafim, que representa os servidores fiscais municipais. O trabalho das representações classistas nacionais do fisco garantiu, na Reforma Tributária, a inserção da autonomia funcional da administração tributária, e vamos continuar atuando juntos para assegurar a melhor regulamentação possível da Lei

Orgânica Nacional do Fisco.

8. A entidade tem ampliado sua presença nos debates nacionais. Existe alguma nova frente de atuação, estudo ou proposta que gestão 2026–2028 pretende desenvolver?

A busca de engajamento político está levando influencers políticos a questionar na sociedade a realização de atividades de Estado, e a cobrança de impostos vem sendo uma das vítimas desse processo. Evidente que ninguém gosta de pagar imposto, mas é necessário, é dever cidadão. Questionar o trabalho do fisco, quando executado nos limites da lei, enfraquece a prestação de serviço público. A intensificação do trabalho de educação fiscal deve ser priorizada para combater desserviços, consolidar a visão cidadã e fortalecer cada vez mais a sociedade brasileira.

A promoção da justiça fiscal também será uma pauta permanente nesta nova gestão da Fenafisco. É essencial assegurar que todos paguem o imposto devido segundo a lei. O combate à sonegação atua exatamente nesse sentido. Se aumentarmos a arrecadação global a partir da redução da sonegação, é possível, teoricamente, reduzir a carga tributária individual do cidadão. Também não é saudável a maioria dos gastos tributários, ou seja, as isenções e benefícios fiscais. Entendo que o Estado deve cobrar integralmente de todos e, na administração do gasto, conceder os estímulos necessários às empresas, a exemplo de subsídios de taxa de juros em empréstimos. As incontáveis formas de fugir da tributação tornam o sistema tributário complexo e aumentam a carga tributária individual dos que não conseguem os benefícios ou até mesmo sonegam, geralmente trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos, que sofrem a cobrança do imposto de renda na fonte.

9. Como você espera que a Fenafisco esteja posicionada ao final da gestão 2026–2028, tanto institucionalmente quanto em termos de impacto na sociedade e no debate público?

O objetivo de todos que assumem uma gestão política é promover entregas, e, no caso da Fenafisco, o foco principal será a efetivação da autonomia da administração tributária e a defesa de direitos e prerrogativas contra ataques no Congresso Nacional. Além disso, penso ser necessário intensificar projetos no campo da educação fiscal para que um número cada vez maior de pessoas compreenda o seu dever cidadão para com a sociedade. E os colegas do fisco brasileiro podem contar conosco nesse processo de fortalecimento da atividade e do serviço público brasileiro.

Quem faz acontecer

A cerimônia de encerramento do 20º Conafisco e 9º Enape reservou um momento especial para reconhecer publicamente o esforço de quem esteve à frente da organização do encontro. Além das falas finais e do balanço das atividades, a mesa entregou troféus de homenagem a lideranças e instituições que atuaram diretamente na realização da programação.

Um dos destaques foi a homenagem a Toni Pinto (Sinafite/DF), e Ana Zélia (Sindifern) reconhecidos pelo papel central na organização do evento. O troféu foi entregue em um gesto que simboliza a parceria entre o sindicato e federação no esforço de logística, programação e acolhimento dos participantes.

Além das homenagens individuais e institucionais, a cerimônia reconheceu formalmente toda a equipe organizadora. Membros da comissão, equipe logística, técnicos, voluntários e profissionais de comunicação foram chamados ao palco para receber os agradecimentos. O gesto visou valorizar o trabalho coletivo que garantiu a realização de mesas, oficinas, painéis e ações paralelas, muitas vezes longe dos holofotes, mas essenciais para o êxito do encontro.

Foram reconhecidos os funcionários da Fenafisco e do Sindifern presentes na cerimônia: Heula Tadano, Eliene Barros, Ana Kaline Melo, Talita Castanha, Raquel Alves e Cecília Araújo.



10ª Noite de Talentos celebra criatividade e integração no 20º Conafisco | 9º Enape

Realizada tradicionalmente, a 10ª edição da Noite de Talentos integrou a programação do 20º Conafisco e manteve o espírito que marca essa confraternização: promover convivência, valorização cultural e momentos de leveza entre os participantes.

A atividade ocorreu após a cerimônia de premiação do Torneio Desportivo, quando os congressistas permaneceram reunidos para prestigiar apresentações musicais, performances instrumentais e interpretações artísticas. O evento destacou a pluralidade de talentos presentes no Fisco, reforçando a importância das ações culturais como parte da agenda do Enape.

O palco recebeu desde números musicais acompanhados por banda até interpretações solo e performances com instrumentos próprios. A diversidade de repertórios e estilos garantiu uma noite animada, marcada por interação, aplausos e a descontração que tornou a Noite de Talentos uma das atividades mais aguardadas do encontro.

Vencedores da 10ª Noite de Talentos

Categoria Cantores Solo ou Grupo Acompanhados por Banda

– Simone Maria Gomes Rosa (Sindifisco-SE), interpretando Malandragem (Cássia Eller)

Categoria Talentos em Instrumentos Musicais — Solo ou Grupo

– Edson Dal Castel de Oliveira (Sindifisco-SC), com a performance de Manhã de Carnaval (Bluebossa)

Categoria Cantores Solo ou Grupo Acompanhados por Seus Próprios Instrumentos

– Pascoal Texeira Gama (Sindsefaz-BA), apresentando Como Dois Animais (Alceu Valença)



Torneio Desportivo movimenta a programação do 20º Conafisco



O esporte teve presença marcante no 20º Conafisco, reunindo representantes de diversos estados em dias de jogos, convivência e animação. O Torneio Desportivo, já tradicional no Enape, ocupou diferentes espaços da programação com disputas que envolveram quadras, mesas e areias, promovendo interação e participação ativa dos congressistas.

As modalidades incluíram esportes coletivos, como futebol society e vôlei de praia, além de atividades individuais, como sinuca, tênis de mesa, dominó e tênis de quadra. A variedade dos jogos ampliou

as oportunidades de engajamento, permitindo que pessoas com perfis e habilidades distintas se envolvessem nas atividades esportivas.

Após dias de competição, chegaram os resultados:

Vôlei de Praia

Campeões: André Luiz Peres de Barros, Mario Cesar Ribeiro Nascimento, Fernando de Oliveira Richter e Rodrigo de Souza Elias (Sindifiscal/MS)
Vice-campeões: Pamela Paolla Gualberto da Silva Rego, Thainara Mota de Moraes do Nascimento, Tallita Silva de Assis Sales e Albert Jonatas Lima de Oliveira (Sindifiscal/MS)

Dominó em Dupla

Campeões: José Dantas e Arnaldo Oliveira (Sindifisco/SE)

Vice-campeões: Fonseca e Ubirajara Lima (Sindsefaz/BA)

3º lugar: Renilde do Socorro R. Rego e Ieda P. G. Rodrigues (Sindifisco/AP)

Sinuca Individual

Campeão: Israel Caires (Sindifiscal/MS)

Vice-campeão: Denivaldo Oliveira (Sindifiscal/MS)

3º lugar: Jorge Rodrigues (Sindifern/RN)

Tênis de Quadra

Campeões: Welson (Sindifisco/RN) e Thiago (Sindifiscal/ES)

Vice-campeões: Adielson (Sindifisco/RN) e Eduardo Lobo (Sindifisco/SC)

3º lugar: Agibaldo (Sindifisco/SE) e Nilson (Sintaf/CE)

Tênis de Mesa

Campeão: Marcos de Medeiros Araújo (Sindifern/RN)

Vice-campeão: Aloísio Alves (Sindifern/RN)

3º lugar: Everson Leite Cordeiro (Sindifiscal/MS)

Beach Tennis

Campeões: José Marinho Barbalho e Ivan Loiola Citó (Sindifern/RN)

Vice-campeões: Guilherme Augusto T. Silva (Sindsefaz/BA) e André Moreira A. Santana (Sintaf/CE)

3º lugar: Fernandes dos Santos e Osmar de Araújo Gomes (Sindafep/PR)

Basquete

Campeão: Geraldo Pinheiro (Sindifiscal/ES)

Vice-campeão: Fabiano Dandan (Sindifisco/SC)

3º lugar: Helena Medeiros (Sindifisco/PB)

Futebol Society

1º lugar: Sindifisco/SE

2º lugar: Sindifern/RN

3º lugar: Sindifiscal/MS

Artilheiro: Djalma Freire (Sindifisco/SE)

Melhor goleiro: José Antônio Maia (Sindifisco/SE)

Classificação Geral do Torneio

1º lugar: Sindifern/RN

2º lugar: Sindifiscal/MS

3º lugar: Sindifisco/SE

Reconhecimento Especial

A cerimônia de encerramento contou com um momento de destaque para Marlúcia Paixão (Sindsefaz-BA), agraciada com a medalha de Atleta Destaque. A homenagem reconheceu sua participação nas atividades esportivas e os seis meses à frente da presidência da Fenafisco.

Com o fim das competições, o Torneio Desportivo

deixou como marca a convivência, o incentivo ao movimento e a troca de experiências entre os participantes do 9º Enape — elementos que consolidam sua importância dentro da programação.

Premiação durante a 10ª Noite de Talentos

Os atletas receberam suas medalhas e troféus durante a 10ª Noite de Talentos, que integrou a programação do 20º Conafisco | 9º Enape. A união entre esporte e cultura tornou a celebração ainda mais marcante, permitindo que competidores e público compartilhassem um momento de alegria e reconhecimento coletivo.





Natal se despede do 20º Conafisco e 9º Enape após cinco dias de debates e integração

Após cinco dias de intensa programação, Natal encerrou oficialmente o 20º Conafisco e o 9º Enape, encontros que reuniram representantes do fisco de todo o país em uma agenda dedicada à reflexão, troca de experiências e construção coletiva de propostas para o fortalecimento das administrações tributárias estaduais.

A edição deste ano consolidou a capital potiguar como um espaço de diálogo qualificado, onde entidades, especialistas e servidores compartilharam diagnósticos, apontaram desafios e apresentaram caminhos para a evolução das políticas fiscais no cenário pós-Reforma Tributária.

Além dos debates, a programação marcou momentos simbólicos, como a posse da nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fenafisco para o triênio 2026–2028. A solenidade, realizada no dia 27, renovou o compromisso da Federação com a continuidade de um trabalho pautado no fortalecimento das administrações tributárias e na participação ativa nos debates nacionais.

Os participantes também acompanharam atividades

culturais, esportivas e integrativas promovidas pelo Enape, que reforçaram o espírito de convivência e celebração entre aposentados, aposentandos e pensionistas do fisco estadual e distrital. A diversidade da programação destacou a importância de unir, no mesmo ambiente, diferentes gerações da categoria.

Ao longo da semana, o evento ressaltou a relevância do fisco como agente estratégico para o desenvolvimento do país. As entidades saem de Natal com novas diretrizes, compromissos renovados e a certeza de que a atuação conjunta segue essencial para o fortalecimento das políticas públicas e da gestão tributária.

Com o encerramento das atividades, a Fenafisco agradece a todos os participantes, apoiadores e entidades que contribuíram para o sucesso do encontro e reforça que o diálogo construído ao longo destes dias seguirá orientando a atuação da Federação nos próximos anos.

Natal se despede dos congressistas deixando registrada sua contribuição para mais um capítulo importante da história do fisco brasileiro.

Galeria de



Fotos









SINDIFISCO/AC

Sindicato do Fisco Estadual do Acre

SINDIFISCO/AL

Sindicato do Fisco de Alagoas

SINDIFISCO/AP

Sindicato dos Auditores e Fiscais do Grupo TAF da Secretaria da Receita Estadual do Estado do Amapá

SINDSEFAZ/BA

Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia

SINTAF/CE

Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Grupo TAF do Ceará

SINAFITE/DF

Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal

SINDIFISCAL/ES

Sindicato do Pessoal do Grupo TAF do Estado do Espírito Santo

SINDIFISCO/GO

Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás

SINTAF/MA

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Maranhão

SINDIFISCAL/MS

Sindicato dos Fiscais Tributários de Mato Grosso do Sul

SIPROTAF/MT

Sindicato dos Profissionais de Tributação, Arrecadação e Fiscalização Estadual de Mato Grosso

SINDIFISCO/PA

Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará

SINDIFISCO/PB

Sindicato dos Integrantes do Grupo Ocupacional Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba

SINDIFISCO/PE

Sindicato do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco

SINDAFEP/PR

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

SINFRERJ/RJ

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio de Janeiro

SINDIFERN/RN

Sindicato dos Auditores Fiscais do Tesouro Estadual do Rio Grande do Norte

SINDAFISCO/RO

Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais de Rondônia

SINDIFISCO/RR

Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos Estaduais do Estado de Roraima

SINDIFISCO/RS

Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul

SINDIFISCO/SC

Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina

SINDIFISCO/SE

Sindicato do Fisco do Estado de Sergipe

SINDIFISCAL/TO

Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Tocantins



20º CONAFISCO



CONGRESSO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL

9º ENAPE - Encontro Nacional de Aposentados, Aposentados e Pensionistas do Fisco Estadual e Distrital

Natal - RN 24 a 28 de novembro de 2025



FENAFISCO

Federação Nacional do
Fisco Estadual e Distrital

